



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002129-82.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Leandro Augusto dos Santos**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Segundo emerge dos autos, o processo administrativo 551/2009, cópia às fls. 134/179, é que tem relação com o bloqueio ora em discussão.

O referido procedimento foi confuso.

Houve inicialmente o bloqueio do prontuário, sem processo administrativo, após a prática das infrações na vigência da permissão para dirigir.

Ocorrido o bloqueio, o autor provocou decisão administrativa ao apresentar uma defesa prévia (fls. 136/149), em 07.04.2009.

Após apresentada essa defesa o processo administrativo foi instaurado, em 22.05.2009, como procedimento para a 'suspensão do direito de dirigir' (fl. 134), no qual a defesa foi indeferida e mantido o bloqueio (fl. 135).

Por inércia da administração, o autor foi cientificado dessa decisão apenas em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

13.11.2012 (fls. 135), interpondo recurso administrativo (fls. 162/178) nessa mesma data.

Em 28.11.2012 a autoridade foi cientificada de liminar concedida em mandado de segurança, determinando o desbloqueio (fls. 179).

Foram prestadas informações em 30.11.2012 (fls. 202/203) e o recurso apresentado foi julgado improcedente em 17.12.2012 (fl. 204).

Interposto recurso ao Cetran (fls. 205/218), que negou provimento ao recurso (fls. 223/224).

Dessa decisão do Cetran, por inércia administrativa, o autor não foi intimado.

Ora, a cronologia acima está a indicar a prescrição.

Para os fins aqui discutidos de reconhecimento da prescrição, a não concessão da habilitação definitiva há de ser considerada, mesmo que por analogia, uma penalidade.

Incogitável afirmar que direito da administração pública não conceder a habilitação definitiva não está sujeito a qualquer prazo.

O longo tempo de inércia não lhe beneficia.

A circunstância de o referido procedimento não dizer respeito às penalidades de suspensão e cassação e sim, na realidade, a não concessão da habilitação definitiva não se torna relevante no caso.

É importante observar que a própria administração pública optou por se valer do instrumento do processo administrativo para nele discutir a legalidade do bloqueio e deliberar sobre este de modo definitivo.

Logo, deve seguir suas regras, o que no presente caso não ocorreu com a paralisação do procedimento entre 2009 e 2012 e, posteriormente, com a não cientificação do autor a propósito da decisão do Cetran.

Aplica-se analogicamente o prazo de 05 anos previsto para as penalidades de suspensão e de cassação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não se pode negar a concessão da habilitação definitiva mais que cinco anos após a prática das infrações, na vigência da permissão, ainda mais e principalmente no presente caso em que ficou caracterizada a inércia da administração pública na condução do procedimento.

Vale lembrar que referido feito administrativo sequer transitou em julgado ainda, porque o autor não foi intimado da decisão final do Cetran.

Ante o exposto, confirmada a liminar de fls. 103/104, julgo procedente a ação para anular os efeitos da decisão proferida no processo administrativo 551/2009, determinando o cancelamento definitivo do bloqueio da CNH do autor, a que esse processo administrativo faz referência e diz respeito.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 01 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**